

Gestão Municipal da Política Nacional de Habitação de Interesse Social

O Trabalho Técnico Social na Gestão de Projetos Habitacionais em Assentamentos Precários em Ananindeua, Estado do Pará

Mário Vasconcellos Sobrinho¹

Nedir Mendes Alves²

Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos³

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a contribuição do Trabalho Técnico Social (TTS) na gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários tomando como referência o município de Ananindeua, Estado do Pará. O TTS é integrado à gestão municipal da Política Nacional de Habitação de Interesse Social – PNHIS. O lócus do estudo é o bairro de Jaderlândia que contempla obras de saneamento integrado e urbanização dos assentamentos precários existentes em sua área. A pesquisa foi realizada usando o método da observação participante durante a realização do TTS e por meio de análise documental, especificamente do Estatuto da Cidade, Plano e Política Nacional de Habitação de Interesse Social, Programa Sanear Ananindeua e relatórios do Trabalho Técnico Social. Sob o prisma da teoria da gestão social, percorre-se uma literatura que discute participação, dialogicidade e inclusão social, aspectos fundamentais para o alcance dos resultados da PNHIS. O artigo mostra

¹ Economista. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela *University of Wales Swansea* (Reino Unido). Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (Unama). mariovasc@ufpa.br

² Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente Social. Especialista em Gestão de Cidades pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA) nedirmendesa@gmail.com

³ Cientista Social. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Estudos do Desenvolvimento pela *University of Wales Swansea* (Reino Unido). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (Unama). annavasc@unama.br

que o TTS é um importante instrumento de gestão social na execução de projetos habitacionais em assentamentos precários. O TTS possui, entretanto, limitações em seu escopo e resultados uma vez que nem sempre gera ganhos sociais. Isto porque dificuldades e limitações permeiam constantemente qualquer processo de gestão para inclusão social.

Palavras-chave: Gestão social. Assentamentos precários. Política Nacional de Habitação de Interesse Social. Trabalho técnico social.

MUNICIPAL MANAGEMENT OF THE SOCIAL INTEREST HOUSING NATIONAL POLICY: THE SOCIAL TECHNICAL WORK FOR HOUSING PROJECTS MANAGEMENT IN PRECARIOUS SETTLEMENTS IN ANANINDEUA, PARÁ STATE

Abstract

The paper aims to analyze the Social Technical Work (Trabalho Técnico Social TTS) contribution in housing projects management for precarious settlements. It takes into account the municipality of Ananindeua, Pará state. The TTS is a tool of municipal management of the Social Interest Housing National Policy (PNHIS). The study locus is the neighborhood of Jaderlândia that holds integrated works of sewerage and urbanization of precarious settlements in the area. The research was based on participatory observation method during the TTS implementation and on documentary analysis, particularly on Statutory City, Social Housing Interest National Policy and Plan, Sanear Ananindeua Program and Social Technical Work reports. Under social management theory, the paper debates participation, dialogue and social inclusion as fundamental aspects for PNHIS outcomes. The paper shows that TTS is a significant tool for social management of housing projects for precarious settlements. However, the TTS is limited in its scope and outcomes since it does not always bring social win. It happens because difficulties and limitations are often present in any process of management for social inclusion.

Keywords: Social management. Precarious settlements. Social Interest Housing National Policy. Social technical work.

Este artigo analisa a contribuição do Trabalho Técnico Social (TTS) na gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários. Discute-se como o Trabalho Técnico Social (TTS) contribui para a gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários na gestão da Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS) em âmbito municipal. Para tal, utiliza-se o exemplo do assentamento de Jaderlândia, localizado no município de Ananindeua, Estado do Pará.

Inicialmente define-se o TTS como um conjunto de ações socioeducativas voltadas para a organização e desenvolvimento comunitário com vistas à promoção da melhoria das condições de vida da população envolvida nos programas habitacionais da PNHIS. O TTS é uma atividade obrigatória a ser realizada pelos municípios que executam programas habitacionais no âmbito da PNHIS.

O conceito de assentamento precário, por sua vez, está associado à insegurança, enfermidade, fragilidade, pobreza e vulnerabilidade social das habitações e populações que nelas residem. Assim, envolvem favelas, loteamentos e ocupações irregulares, ocupações em áreas de risco, áreas sem aprovação das prefeituras para construção de residências, enfim, áreas impróprias para habitação (Instituto Paranaense..., 2010). No caso do PNHIS, os assentamentos precários estão divididos em quatro categorias: (1) favelas; (2) cortiços; (3) conjuntos habitacionais degradados e (4) loteamentos irregulares.

O Estatuto da Cidade prevê instrumentos jurídicos, tributários e urbanísticos para disciplinar o uso do espaço urbano, tendo como um dos seus princípios o cumprimento da função social da propriedade e a gestão democrática da cidade. O Plano Local da Habitação de Interesse Social (PLHIS) é um dos instrumentos de instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e deve cumprir o papel de planejar as ações do setor habitacional de forma articulada com os demais níveis de governo. Já a Política Nacional de Habitação (PNH) visa a promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social. Dessa forma,

aliada à concepção do direito à moradia digna, a PNH tem como princípio orientador a questão habitacional enquanto política de Estado. Pressupõe a adoção de uma política pactuada com os interesses da sociedade devidamente articulada com outras políticas sociais, especialmente àquelas relacionadas ao ambiente urbano.

Com a aprovação da PNH e o SNHIS – PNHIS, o Ministério das Cidades criou novos programas de ação visando à ampliação do acesso à habitação, ao saneamento e ao transporte para uma parcela maior da população. Nesse contexto, a gestão territorial e urbana se insere de forma a reduzir as desigualdades territoriais e promover a inclusão social por meio da regularização fundiária sustentável de assentamentos informais e universalização da acessibilidade.

Ananindeua, que possui 471.980 habitantes (Instituto Brasileiro..., 2010), se destaca por ser um município onde se insere a formação de assentamentos precários. Estes têm sido impulsionados pela imigração de famílias oriundas de outros municípios do Pará e de Estados vizinhos, como Maranhão e Piauí. Segundo o IBGE (2010), em Ananindeua existem aproximadamente 288.611 domicílios em assentamentos precários, o que coloca o município em terceiro lugar entre os 20% dos municípios brasileiros que enfrentam essa realidade.

A partir do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, em 2007 o município de Ananindeua passa a contemplar cinco áreas com obras de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários: (1) Jaderlândia (área do Francisquinho, Búfalo e Transcoqueiro); (2) Icuí-Guajará; (3) 28 de Agosto; (4) Nova Esperança (40 horas) e (5) Distrito Industrial. Destaca-se neste estudo o assentamento de Jaderlândia, área caracterizada como de alta insalubridade socioambiental, principalmente quanto à questão da moradia, com casas localizadas sobre o Igarapé Ariri (modelo palafita). Estas casas constantemente sofrem alagamentos e não possuem infraestrutura básica de saneamento.

No contexto do assentamento Jaderlândia, o TTS se apresenta como instrumento fundamental para o estabelecimento da PNHIS. É por via do TTS que se capturam dados sobre as condições socioeconômicas e as demandas das pessoas que vivem nessas áreas. O TTS representa um instrumento de gestão social de políticas públicas de desenvolvimento.

A pesquisa da qual este artigo é derivado foi feita usando o método da observação participante durante a realização do TTS e por meio de análise documental, especificamente do Estatuto da Cidade, Plano e Política Nacional de Habitação de Interesse Social, Programa Sanear Ananindeua e relatórios do Trabalho Técnico Social. Uma das autoras deste artigo é assistente social do município de Ananindeua e atua desde o início do programa de organização e regularização fundiária do assentamento de Jaderlândia. Esta vinculação possibilitou a esta pesquisadora observar todos os movimentos de interação entre o governo municipal e a população local. Esta técnica participou de reuniões, levantamento de dados e construção de relatórios de TTS, o que permitiu uma forte interação com o objeto de pesquisa.

O artigo divide-se em quatro seções, afora esta introdução, as considerações finais e as referências bibliográficas. Inicialmente discute-se a formação de assentamentos precários na dinâmica de ocupação do espaço urbano. Na seção seguinte é apresentado o Trabalho Técnico Social (TTS) enquanto instrumento de gestão social de programas e políticas públicas de desenvolvimento. Na sequência são apresentados os assentamentos precários em Ananindeua. Na quarta seção discute-se o TTS enquanto instrumento de gestão social de projetos habitacionais de assentamentos precários. Nas considerações finais busca-se reforçar as formas de contribuição do TTS enquanto instrumento de gestão social discutidas nas seções anteriores; e após são apresentadas as referências bibliográficas consultadas para esta pesquisa.

Assentamentos Precários na Dinâmica de Ocupações do Espaço Urbano

Existem várias concepções de assentamentos precários. Estas dependem da configuração socioespacial sofrida no contexto das regiões metropolitanas e do tipo de processo de segregação social dos bairros residenciais resultante do comportamento do mercado imobiliário (Corrêa, 1993).

O termo assentamentos precários foi usado pela primeira vez pela Política Nacional de Habitação (PNH) para explicar o conjunto de assentamentos urbanos ocupados por moradores de baixa renda. Estes englobam os cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e conjuntos habitacionais que se acham degradados (Secretaria..., 2010, p. 9). De acordo com a SNH (Secretaria..., 2010), os assentamentos precários são representados por um tipo de território urbano com dimensões variadas e habitados por famílias de baixa renda, mas com uma característica comum que é a precariedade das moradias.

A política de integração urbana de assentamentos precários propõe-se a contribuir na inclusão socioespacial da população brasileira que reside em locais com situações de risco, insalubridade e insegurança (Secretaria..., 2007). As intervenções da política consistem em medidas de regularização fundiária dos assentamentos, atendimento social às comunidades, melhorias habitacionais e adequação urbanística, incluindo infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos (Secretaria..., 2008).

A urbanização de assentamentos precários são processos pelos quais áreas informalmente assentadas são, gradualmente, melhoradas, formalizadas e incorporadas à própria cidade, estendendo-se o acesso a terras, serviços e cidadania aos seus moradores (Ancona, 2010). Envolve, ainda, o desenvolvimento de serviços econômicos, sociais, institucionais e comunitários disponíveis aos cidadãos, seja de natureza legal (posse da terra), física (infraestrutura), social (tais como redução da criminalidade ou educação) ou econômica (Ibid).

As características dos assentamentos precários compreendem processos de ocupação espontânea e desordenada do solo, habitações precárias, produzidas, na maioria dos casos, por autoconstrução e carência de infraestrutura e serviços sociais (Ancona, 2010; Fernandes, 2012). A moradia em assentamentos precários, no entanto, não envolve apenas a falta de saneamento adequado, segurança, saúde, educação, mas também a qualidade da acessibilidade mediante os meios de transporte, os quais, geralmente, não oferecem segurança, conforto e agilidade aos usuários (Fernandes, 2012, p. 30).

Verifica-se, nessas áreas, que as edificações, a infraestrutura, o uso e a ocupação do solo não obedecem os marcos legais urbanísticos e jurídicos vigentes e descritos no Estatuto da Cidade, Plano Diretor Municipal e na Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano (Ancona, 2010). Essa caracterização, segundo Ancona (2010), subsidia as políticas de habitação no que diz respeito ao planejamento de ações específicas para a urbanização e integração urbana.

Segundo Fernandes (2004), o processo de crescimento da informalidade urbana é produto da ação, ou da falta de ação, do Poder Público, o que reflete a falência da política habitacional dos países da América Latina, resultando em um alto *déficit* de moradias, além de outras variadas consequências sociais e ambientais.

Embora os assentamentos informais estejam concentrados nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais, o fenômeno da crescente informalidade urbana atinge, progressivamente, os centros urbanos de todo o Brasil. Segundo estudos realizados por Marques et al. (2007), foram classificados em modelos subnormais – para o conjunto dos municípios brasileiros estudados pelo autor – cerca de 14.680 setores que concentram condições habitacionais precárias.

A pobreza, segundo Baeninger (2010), apresenta-se como um elemento significativo dos arranjos informais, e a localização residencial é uma variável importante no universo familiar dos setores de baixa renda. A partir da localização residencial tem-se acesso diferenciado a núcleos de emprego e renda, bolsões de serviço e comércio urbano formal e informal, transporte coletivo, equipamentos e serviços públicos, bem como outros fatores de acessibilidade relacionados à posição da favela na hierarquia de localizações da cidade.

Pode-se afirmar, portanto, que os laços comunitários de solidariedade e a proximidade de uma eventual fonte de renda são fatores fundamentais nas dinâmicas de ocupação do espaço urbano, enquanto estratégias de sobrevivência que determinam a escolha locacional da população de baixa renda.

O ambiente construído da favela⁴ e o externo a sua volta transformam-se a partir da fragmentação das cidades ao longo do tempo, o que ocasiona grandes modificações nos assentamentos informais e em seu entorno, a exemplo do surgimento de concentrações de atividades de serviços, lazer e comércio nos bairros contíguos a essas localidades.

Marques et al. (2007) destacam que, ao longo dos últimos 30 anos, no Brasil, a evolução da oferta de infraestrutura básica (água, saneamento e energia elétrica) apresenta uma significativa melhoria às condições de vida da população moradora de assentamentos informais. Nessa perspectiva, fomentada ainda pela omissão do poder público, a dinâmica de preços nos mercados informais tem alcançado níveis muito elevados. Apesar do incremento nos valores do mercado informal, observa-se que, atualmente, a principal forma de acesso à moradia para a população de baixa renda nas grandes cidades é feita por meio do mercado informal.

⁴ Caracterizado pela ocupação de áreas íngremes, frágeis e sem urbanização; sem contar com a assessoria do conhecimento técnico de engenharia e arquitetura; apelando para soluções precárias e improvisadas (Maricato, 2001).

À urbanização propriamente dita, entendida como execução de obras e serviços de infraestrutura e habitação, foram adicionados outros componentes, na forma de ações de cunho social e ambiental, dando lugar aos programas multissetoriais integrados. A conjugação de ações mitigadoras (urbanização de assentamentos informais) e preventivas (maior controle urbano e oferta de alternativas habitacionais), entretanto, apresenta-se como indispensável para solucionar o problema da informalidade do acesso ao solo (Ancona, 2010).

Como enfatizam Paz e Taboada (2010), a partir do final da década de 70 observa-se uma reversão de tendências no enfrentamento, por parte do poder público, dos problemas urbanos e sociais, gerados pela expansão e crescimento das favelas, em todo o território nacional. As expulsões violentas e as remoções forçadas foram, gradualmente, substituídas pela relativa tolerância daquelas formas de ocupações ilegais, culminando com o reconhecimento oficial de algumas áreas de favelas e dos direitos das comunidades que nelas vivem, passando-se a privilegiar a urbanização das áreas, cuja ocupação já estava consolidada. Paz e Taboada (2010) ainda mencionam que, ao longo de década de 90, por força do novo quadro jurídico e institucional que passa a reger as políticas e ações de proteção ambiental, a questão das favelas ganha outros contornos, posto que, via de regra, ocupam áreas de risco ambiental ou protegidas pela legislação ambiental federal e estadual. Nesse período, têm início os programas de despoluição de bacias hidrográficas, de intervenções de grande porte, contando com recursos nacionais de contrapartida e empréstimos externos que exigem o remanejamento e, quando necessária, a urbanização das ocupações e o reassentamento das famílias que contribuem, dentre outras fontes, para os altos índices de poluição hídrica.

Cardoso (2010, p. 84) elucida que a gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, definida como diretriz geral da política urbana no artigo 2º, II, do Estatuto da Cidade, configura um direito dos habitantes das cidades brasileiras.

Ante tal constatação, elucida-se a necessidade do enfrentamento da ilegalidade urbana de modo a promover a integração social e espacial dos grupos que vivem em assentamentos informais exigindo do poder público a formulação de políticas que, efetivamente, possam responder às demandas sociais oriundas do processo de ocupação do solo urbano.

O Estatuto da Cidade regulamenta o capítulo de política urbana na ordem econômica da Constituição Federal de 1988, emitindo as diretrizes do desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano, de competência privativa da União nos termos do artigo 21, XIX. É de competência da União, conforme o artigo 24, I, da Lei Maior, estabelecer as normas gerais de direito urbanístico, no âmbito da competência legislativa concorrente com os Estados e municípios no tocante ao ordenamento territorial (Cardoso, 2010, p. 87).

O Trabalho Técnico Social (TTS) Enquanto Instrumento de Gestão Social de Programas de Desenvolvimento

O acesso a políticas públicas na área da habitação tem sido, desde a década de 80 do século 20, motivo de constantes reivindicações por parte da sociedade. As soluções nesse campo exigem dos gestores públicos estratégias de mitigação dos problemas habitacionais. É nessa perspectiva que, a partir de 2004, o TTS passa a ser exigido a todos os programas em que o Ministério das Cidades concedesse recursos a fundos perdidos e naqueles obtidos por meio de empréstimos a Estados e municípios (Paz; Taboada, 2010, p.50). Essa exigência favoreceu as ações de intervenção urbana em que o diálogo entre governo e comunidade compunha a pauta para uma gestão social.

O TTS pode ser entendido como um processo de trabalho pautado na integração de diversificadas ações e atividades socioeducativas determinadas a partir de três pontos centrais: autonomia, protagonismo e desenvolvimento sustentável da população a qual a política se destina. O TTS vincula-se à

busca de criação de condições favoráveis para o atendimento das necessidades demandadas pela população no contexto da instituição da política habitacional. Trata-se de um processo de trabalho sob o protagonismo da população, que ocorre antes, durante, na conclusão e após o término das obras dos programas habitacionais. Difere-se bastante de outros instrumentos outrora utilizados na elaboração de projetos de desenvolvimento comunitário a exemplo dos diagnósticos participativos. Estes últimos têm como objetivo realizar um “retrato” estanque de uma realidade à luz da população local. O TTS, além de incorporar esse diagnóstico inicial, busca criar condições favoráveis para empoderar a população local para acompanhar a consecução do programa habitacional e atender suas demandas que estão diretamente relacionadas à efetividade dessa política. Mediante trabalho educativo, o TTS envolve, ainda, a organização da população, educação sanitária e ambiental, gestão comunitária e condominial e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e à melhoria da renda familiar.

A história do Trabalho Técnico Social nos programas brasileiros de habitação data do início do século 20 e está fortemente relacionada às reformas urbanas realizadas na capital da república. De acordo com Vaz (2002); Bonduki (2004) e Valladares (2005), os TTS objetivavam traçar um perfil das pessoas que habitavam os cortiços e favelas de modo a subsidiar a intervenção do Estado para coibir a expansão dos espaços mais precários da cidade.

Mais adiante, já nos anos 30, o Estado passa a intervir na aplicação de medidas políticas e na instalação de serviços assistenciais, e o TTS, que é dissociado da política habitacional, objetivava o controle e disciplinamento da população em busca de uma harmonia social nas áreas de favelas e cortiços urbanos (Pimentel, 2012).

A partir de 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), até o final dos anos de 80, a política habitacional relacionou-se a um conjunto de medidas econômicas para incremento da indústria da construção civil e criação de empregos. Com essa política, o Estado buscava a remoção

compulsória dos moradores das favelas para os conjuntos habitacionais. O TTS tinha a função ideológica de formação de um consenso em torno das propriedades dos programas habitacionais (Gomes, 2005). O TTS ocorria institucionalmente no interior dos órgãos habitacionais, notadamente para seleção de demanda, acompanhamento de adimplência dos mutuários e organização comunitária. O TTS dizia respeito à adaptação dos moradores à nova condição de moradia e ao acompanhamento da inadimplência. Destaque-se, porém, que ao final deste período, quando ocorreram os primeiros programas de urbanização de favelas que se sobrepunham sobre as construções de novas unidades para deslocamentos compulsórios da população, o TTS assumiu um papel menos burocrático e aproximou-se das comunidades em ações de mobilização, uma vez que os programas envolviam ações de reassentamento, regularização fundiária e apoio à autoconstrução (Blanco Junior, 2006).

Com a crise financeira dos anos 80, a política habitacional da década seguinte foi marcada por forte influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por via do Programa Habitar Brasil. Este possuía duas frentes principais: desenvolvimento institucional dos municípios e urbanização de assentamento subnormais. O modelo de TTS desenhado pelo BID foi o de “participação comunitária”, em que os beneficiários da política deveriam participar no processo de diagnóstico, planejamento e acompanhamento das obras e da política habitacional. Embora o Programa Habitar Brasil não tenha atingido nem 1% do total de municípios brasileiros, o escopo do TTS ganhou estrutura e alcançou magnitude nacional a partir de 2004 com a Política Nacional de Habitação no contexto do recém-criado Ministério das Cidades (Pimentel, 2012). No desenho de TTS criado a partir de 2004, a participação da sociedade civil na gestão pública ganha novos formatos e tendências por possibilitar a inclusão de atores sociais no processo de escolha e deliberação pública. A luta pela participação política e cidadã é importante, principalmente em uma sociedade marcada pela relação de poder, exclusão e privilégio (Rocha, 2009).

A gestão social é a forma de gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nos programas, projetos ou políticas de desenvolvimento. Desta forma, pensar em gestão social no Brasil implica pensar em diferenças, significa pensar em diálogo, em entendimento (Oliveira; Cañado; Pereira, 2010). Nesse processo dialógico, segundo Tenório (1998), quem fala expõe suas ideias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão. Nesse âmbito, Tenório (1998) insere o conceito da racionalidade comunicativa desenvolvida por Habermas⁵ para contextualizar a gestão social. Para Habermas (1981), a racionalidade comunicativa traz como princípio que as condições sociais são necessárias para se chegar a um consenso. Nesta perspectiva, o saber, em sua essência, não advém do acaso, ou da mente de pessoas iluminadas; pelo contrário, é resultado de diálogo mantido na dimensão social enquanto consenso de quem argumenta.

Assim, quanto maior for a participação da comunidade melhores serão os resultados de validade argumentativa diante de possíveis conflitos gerados nos processos de intervenções urbanas advindos da execução de projetos de saneamento e habitação e que envolvam, ainda, remanejamento de famílias, desapropriação de imóveis em decorrência de obras de drenagem e pavimentação de vias urbanas.

Para Cañado (2008), a gestão social acontece por meio da decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim. O resultado desses argumentos reforça a necessidade de políticas públicas que desemboquem para uma cidade mais sustentável.

⁵ Pensador contemporâneo próximo ao legado filosófico da teoria crítica, que procura, por meio de seu conceito de racionalidade comunicativa, estabelecer elementos conceituais democratizantes das relações sociais na sociedade contemporânea (Tenório, 1998).

Segundo Vasconcellos et al. (2009), os desafios da sustentabilidade urbana não envolvem somente os aspectos do meio ambiente físico. Soma-se a este as condições econômicas de sobrevivência e a capacidade de atendimento das questões sociais. Para os autores, os desafios da sustentabilidade são políticos e de gestão. Promover o diálogo com a comunidade atendida pelas políticas públicas urbanas na perspectiva da racionalidade comunicativa, sugere motivar os sujeitos sociais a uma linguagem que atue como fonte de inclusão/integração social.

Assim, o TTS se insere nessa perspectiva buscando garantir de forma interventiva a inclusão social no processo de urbanização da cidade, uma vez que as áreas que recebem as obras de infraestrutura, em sua maioria, estão localizadas nos espaços insalubres onde as condicionantes ambientais e sociais determinam a necessidade das intervenções públicas. Segundo Vasconcellos et al. (2009), isto é dependente de ações orientadas que se dão exclusivamente no campo das políticas públicas capazes de influenciar o comportamento humano e as escolhas das pessoas diante de suas necessidades.

Enquanto instrumento de gestão social nos programas de desenvolvimento, a exemplo do PAC, o TTS tem suas limitações advindas da dependência de sua execução às obras de infraestrutura que, quando não realizadas, refletem no desenvolvimento das ações programadas. Quando isto ocorre, promove-se o descrédito na gestão dos programas, seja por paralisação das obras físicas, seja pela ausência de soluções às demandas da comunidade. Isto se intensifica quando no processo dialógico e na racionalidade comunicativa entre os sujeitos sociais não há respostas convincentes às demandas.

Nesse contexto, as ações do TTS – executadas por assistentes sociais, sociólogos, pedagogos e apoio técnico de engenheiros e arquitetos – exigem estratégias que promovam a busca de soluções e estabeleça instrumentos de participação que legitime a comunidade ou ainda que a esclareça de seus direitos. Esse processo não é dado e sim construído e conquistado a cada ação voltada à comunidade. Paz e Taboada (2010, p. 39) reforçam que tais ações

se aproximam da diversidade da dinâmica territorial e, portanto, contribuem na compreensão das “várias dimensões presentes, assim como estratégias dos diferentes atores com muitos e distintos interesses territoriais”.

Assentamentos Precários em Ananindeua

A urbanização em Ananindeua é estimulada por três movimentos de integração metropolitana: a anexação do município, em 1973, à Região Metropolitana de Belém (RMB); a instituição de uma política habitacional no município que, no início da década de 80, constrói nove conjuntos habitacionais sob o nome de Cidade Nova, inaugurando o Conjunto Guajará I e II e, em seguida, o Conjunto PAAR (Pará, Amapá, Amazonas e Roraima) que, em sua fase final, é ocupado pela população e, por um breve período da história do próprio município, considerada a maior ocupação da América Latina (Silva, 2003).

O censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registra uma população de 471.980 habitantes em Ananindeua. Entre os anos de 1991 e 2000 a taxa de crescimento foi de 18,1% (Tabela 1). Esse crescimento populacional acelerado resultou de alguns fatores, como os movimentos da população de Belém em busca da aquisição da casa própria, que encontrou em Ananindeua melhores condições de compra e espaço – origem de muitos conjuntos habitacionais, áreas de invasões e expansão de povoados já existente (Silva, 2003, p. 267).

Tabela 1 – Evolução Populacional de Ananindeua – Pa

Ano	Ananindeua	Pará	Brasil	Taxa de crescimento (1991 a 2000)	Taxa de crescimento (2000 a 2010)
1991	88.151	4.950.060	146.825.475		
2000	393.569	6.192.307	169.799.170	18,1%	1,83%
2010	471.980	7.581.051	190.755.799		

Fonte: Instituto..., Censo Demográfico 1991, 2000, 2010.

Os reflexos desse processo acelerado de urbanização são observados, a partir do crescimento de ocupações populacionais nas áreas insalubres e próximas aos igarapés, com impactos diretos ao meio ambiente, aumentando, assim, a demanda por políticas públicas no atendimento a essa população.

O município de Ananindeua possui diversas áreas de ocupações que necessitam de atenção especial do poder público, pois são desprovidas de infraestrutura, com adensamento populacional, habitações precárias, falta de saneamento, dentre outros, caracterizadas por grande densidade populacional, com aproximadamente 38.000 famílias, perfazendo um total de 150.000 pessoas. Identifica-se no município a necessidade de reordenamento urbanístico, melhorias habitacionais e integração do sistema viário, a fim de se dar maior mobilidade ao município como um todo, com macro e micro-drenagem, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população (Programa..., 2006). Cardoso (2010, p. 106) cita que o reconhecimento dos assentamentos informais de baixa renda como função social à propriedade tem implicações no direito de permanência das famílias ou, excepcionalmente, sua relocação para local mais adequado à moradia e, ainda, assegura dar um tratamento da precariedade urbano-ambiental e da insegurança da posse com a priorização de recursos públicos e políticas públicas integradas no âmbito do planejamento territorial.

Dados do Programa de Participação Comunitária – PPC (Programa..., 2006) destacam que tais áreas de ocupações apresentam um contingente populacional elevado, dos quais 51.187 pessoas estão no Bairro de Jaderlândia. As condições socioambientais das famílias que residem nessas áreas caracterizam-se pela insalubridade, pois as habitações são construídas, em sua maioria, elevadas do solo e sobre estacas de madeiras com pequenas escadas. A circulação interna é feita por passarelas que se denominam pontes ou estivas – também construídas em madeira. A maioria das famílias reside em áreas alagadas ou alagáveis que são agravadas pela ausência de rede de drenagem.

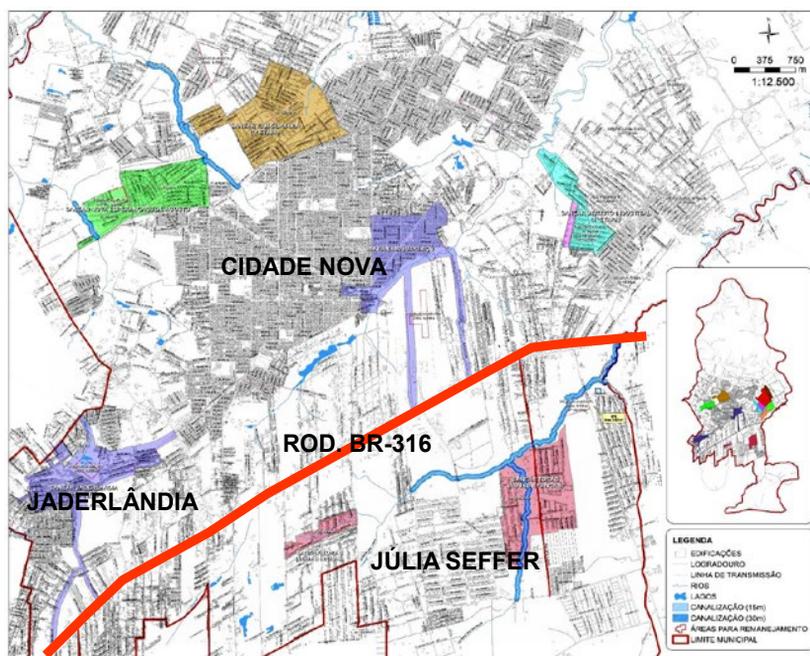
As condições de conservação das estruturas em madeira de cerca de 80% das habitações são precárias em razão do contato intermitente com a água. A falta de técnicas ou materiais de pre-

servação e a qualidade da madeira são fatores que contribuem para o comprometimento das estruturas e, em algumas habitações, há o risco de desabamento.

Outra característica das habitações é o grande número de banheiros localizados do lado de fora das casas, em estruturas isoladas. A condição dos mesmos também é bastante precária, sendo os dejetos lançados diretamente no terreno, em razão da não existência de rede coletora de esgoto.

O assentamento Jaderlândia localiza-se à margem esquerda da Rodovia BR-316 (Figura 1), tendo, nesse sentido, como principal via de acesso, a Rua São Benedito, com cerca de 1.346 lotes de terra, e conforma um espaço territorial de dimensões aproximadas a 220.000m².

Figura 1 – Localização do Assentamento Jaderlândia, à margem da Rodovia BR 316



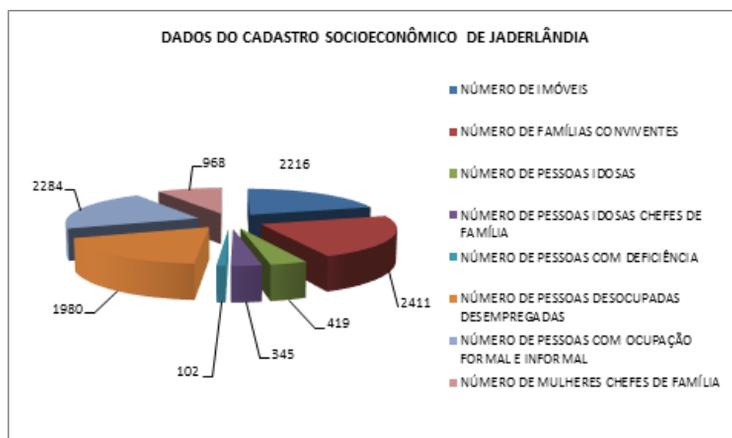
Fonte: Programa..., 2006.

As habitações nesta área são construídas sobre as estivas por ser um ambiente insalubre e alagado. Segundo informações do PPC (Programa..., 2006), antes da ocupação a área era utilizada para extração de areia branca. Com o tempo, porém, o solo esgotou-se e, abandonado, tornou-se local de marginalidade, gerando insegurança para a população que por ali transitava.

As primeiras reuniões dos moradores, organizados para a ocupação foram apoiadas, inicialmente por políticos da época – vereadores que atuavam junto a população. Em 1983, deu-se a ocupação da área quando, então, cerca de mil pessoas reuniram-se para fazer a limpeza do terreno e, em seguida, tomar posse do mesmo. Desta mobilização participaram moradores de bairros de Belém e Ananindeua, todos em busca do direito de morar (Programa..., 2006).

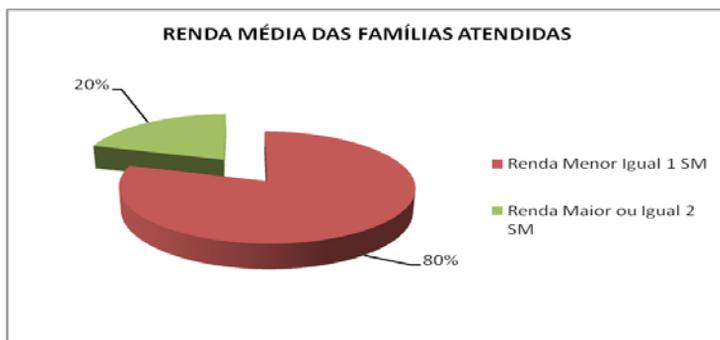
Após um processo de lutas e reivindicações, os ocupantes conseguiram a desapropriação da área, em 1983, que pertencia a um proprietário particular. A pesquisa social realizada em 2008 permitiu identificar que o assentamento possuía 2.284 imóveis com a presença de 2.411 famílias, tendo 968 (40%) mulheres como responsáveis da família. Destaque-se, ainda, o alto nível de pessoas desocupadas (1.980 pessoas) (Figura 2) e da baixa renda daqueles que possuem ocupação, caracterizada por um valor menor ou igual a um salário mínimo (Figura 3).

Figura 2 – Informações Socioeconômicas do Assentamento de Jaderlândia



Fonte: Cadastro TTS de Jaderlândia, 2008.

Figura 3 – Renda Média das Famílias de Jaderlândia



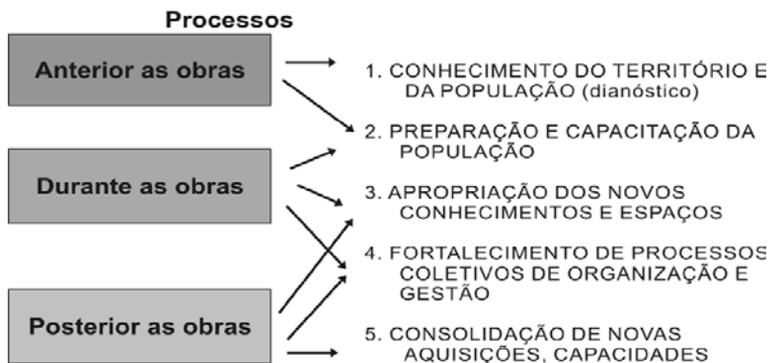
Fonte: Cadastro TTS de Jaderlândia, 2008.

Em 2008 o município de Ananindeua passa a receber recursos advindos da União por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e tem Jaderlândia como uma das áreas beneficiadas com obras de infraestrutura – saneamento integrado e urbanização dos assentamentos precários.

O Trabalho Técnico Social (TTS) Enquanto Instrumento de Gestão Social de Projetos Habitacionais de Assentamentos Precários

A importância do TTS é refletida diretamente na política habitacional urbana e compreende ações socioeducativas e políticas voltadas às áreas específicas da cidade. O foco, segundo Paz e Taboada (2010), é a melhoria da qualidade de vida, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população. É imprescindível a articulação do TTS com a política urbana e habitacional. Paz e Taboada (2010) argumentam que o tempo metodológico e as especificidades para o desenvolvimento do TTS devem estar em consonância com o processo de articulação entre os atores sociais, configurando, assim, um modelo (Figura 4).

Figura 4 – Etapas Metodológicas para Desenvolvimento do TTS
Tempos metodológicos



Fonte: Adaptado de Paz e Taboada (2010).

É nesse contexto metodológico que o TTS se aproxima do que Tenório (2010) entende ser a base fundamental para se promover uma gestão social em que a atuação articulada dos atores sociais envolvidos no processo (poder público, equipe multidisciplinar e comunidade) deve resultar em participação, em que a racionalidade comunicativa, por meio da dialogicidade e participação cidadã, transponha a inclusão social e dê o salto qualitativo ao que Vasconcellos et al. (2009) apresentam como modelo de cidade sustentável, no qual a identificação de interesses dos atores sociais é muito importante para o sucesso da ação. Neste sentido, a participação da sociedade civil dentro de um modelo político de cidade sustentável assume um papel fundamental.

A partir do TTS, há três momentos que compreendem todo o arcabouço metodológico da intervenção em projetos de habitação de interesse social: (a) a participação e dialogicidade; (b) inclusão social e (c) as dificuldades e limitações do TTS enquanto instrumento de gestão social de projetos habitacionais de assentamentos precários.

No Assentamento Jaderlândia, o processo de participação e dialogicidade tem relação direta com as etapas de informação à população sobre o projeto por meio de assembleias gerais, reuniões, plantões sociais, dentre

outros, – quando os interesses dos atores envolvidos no processo de urbanização são postos à mesa tendo como um dos pontos de conflito por parte da comunidade atendida, o tamanho das unidades habitacionais (34 m²), considerado insuficiente para acomodar famílias com mais de cinco membros. Como atenuante nesse conflito, demarcou-se critérios de seleção.

Para legitimar os critérios de seleção considerou-se o conhecimento do território, mais precisamente do assentamento Jaderlândia, por meio do diagnóstico social. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o cadastro socioeconômico, o parecer social, a ficha de levantamento físico territorial e o registro fotográfico do imóvel. Como complemento do processo, os imóveis a serem remanejados receberam um selo que os identificava como aptos ao remanejamento ou indenização.

Compondo a fase de obras físicas foi imprescindível a formação da Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) eleita em assembleia que, para a gestão social, apresenta-se como expressão objetiva da gerência da população atendida no processo decisório. A capacitação dos representantes da Comissão de Acompanhamento possibilitou melhor interface com outros moradores durante a execução da drenagem e pavimentação das vias.

O TTS insere-se como promotor da inclusão social a partir das dimensões de acesso a serviços sociais públicos, cidadania e participação e inserção no mundo do trabalho. Nesse processo, a parceria do TTS com entes do poder municipal e ONGs trouxe para a comunidade o atendimento na área da saúde – com palestras e serviços – entretenimento e cursos profissionalizantes.

Com os resultados obtidos houve a formação da orquestra de violões, que é composta por 24 membros oriundos das oficinas de violão. A faixa etária desses grupos compreende de 12 a 50 anos que, por meio da música, ascendem a novas perspectivas que não aquelas dadas pela criminalidade,

comuns às áreas de assentamentos precários. Isto denota a possibilidade de construção de um ambiente saudável, em que a conciliação de interesses materializa a cidadania contribuindo para redução das desigualdades sociais.

A formação e capacitação profissional realizaram-se a partir de pesquisas aplicadas para identificar quais cursos eram desejados pelas famílias. Entre estes, destacaram-se: orquestra de violões, informática, operador de caixa, eletricitista predial, corte e costura e cabeleireiro, tendo sido atendidas aproximadamente 358 pessoas. A absorção no mercado de trabalho, entretanto, foi mínima em decorrência da baixa escolaridade dos formandos que não se enquadraram nas exigências das empresas que atuam no município.

Um dos instrumentos fundamentais na concepção da participação social revelou-se na possibilidade de as famílias escolherem seus apartamentos durante o sorteio das unidades habitacionais. Houve treinamento a cada 50 grupos de famílias, que puderam esclarecer suas dúvidas e garantir a boa escolha do imóvel e até mesmo organizar familiares em um mesmo bloco residencial. As 330 famílias fizeram o *check list* do imóvel informando ao técnico responsável pela vistoria qualquer insatisfação que houvesse concernente à área construída. A mudança para os imóveis foi realizada pelo município e coordenada pelo TTS.

No âmbito das políticas de habitação de interesse social, o TTS é um dos instrumentos articuladores entre os atores sociais envolvidos na execução de projetos habitacionais em assentamentos precários. Esta posição nem sempre implica ganho social, pois dificuldades e limitações permeiam constantemente o processo de inclusão social. Isto se dá à medida que a racionalidade comunicativa, que traz a linguagem como fonte de integração social, é interrompida durante o processo dialógico. Isto reflete diretamente na credibilidade da comunidade em relação à continuidade do projeto. A paralisação das obras físicas desmotivou as famílias, principalmente aquelas que seriam remanejadas. No cronograma de obras do assentamento Jaderlândia, as unidades habitacionais deveriam ser entregues em setembro de 2009, fato que somente se concretizou em dezembro de 2011.

A demora nas respostas pelo poder público às demandas trazidas aos plantões sociais, o aumento da violência e a baixa escolaridade das famílias, foram fatores que interferiram diretamente nas ações do TTS. Soma-se a isso a falta de articulação entre as redes de serviço público no município, que, se integradas, poderiam atenuar consideravelmente os problemas no município, pois pensar em uma cidade sustentável é pensar em uma cidade com condições de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir a desigualdade social, prover seus habitantes de um ambiente construído saudável e seguro, “bem como construir pactos políticos e ações de cidadania que permitam enfrentar desafios presentes e futuros (Vasconcellos et al., 2009, p. 18).

Considerações Finais

A inserção do TTS como um dos requisitos da Política Nacional de Interesse Social em assentamentos precários no município de Ananindeua, mais especificamente no assentamento Jaderlândia, corrobora para a introdução da gestão social no âmbito da política pública. Desta forma, os eixos de ação do TTS compreendem a participação e a dialogicidade – no que diz respeito a uma linguagem com vistas à integração social, por meio de instrumentos e técnicas como assembleias, reuniões, mobilizações e informações sobre as intervenções físicas nos assentamentos precários, motivando a comunidade a participar do desenvolvimento do projeto de intervenção urbana.

Promove-se a inclusão social das famílias que saem de uma condição de insalubridade habitacional e passam a exercer o direito de ter um ambiente saudável para morar. Como bem cita Cardoso (2010), regularização fundiária dos imóveis públicos ocupados por população de baixa renda para fins de moradia está relacionado ao processo de redefinição do campo do legal e do ilegal, a partir do reconhecimento pelo aparato estatal da produção social da cidade pelos grupos mais vulneráveis. Neste sentido, a inclusão social vai além do acesso a serviços públicos essenciais.

Identificou-se que a população valoriza muito mais as possibilidades de parcerias com a gestão municipal e organizações não governamentais, principalmente na área da saúde. Nesse percurso, entretanto, há interferências que dificultam e limitam as ações do TTS junto a comunidade, seja pela paralisação das obras, seja pelo índice elevado da violência ou, ainda, pela morosidade nas respostas do poder públicas com relação às demandas postas nos plantões sociais, aspectos estes que se refletem na credibilidade da comunidade em relação à gestão pública.

Ao se observar as ações articuladas dos atores sociais envolvidos na gestão municipal da política nacional ao direcionar projetos habitacionais para assentamentos precários, constata-se que no âmbito das políticas de habitação de interesse social, o TTS é um dos instrumentos articuladores entre os atores sociais envolvidos na execução de projetos habitacionais em assentamentos precários. Esta posição nem sempre implica ganho social, pois dificuldades e limitações permeiam constantemente o processo de inclusão social. Isto se dá à medida que a racionalidade comunicativa, que traz a linguagem como fonte de integração social, é interrompida durante o processo dialógico. Isto reflete diretamente na credibilidade da comunidade em relação à continuidade do projeto. A paralisação das obras físicas desmotivaram as famílias, principalmente aquelas que seriam remanejadas.

A expressão das ações do TTS nos assentamentos precários trazem resultados que se configuram na articulação dos atores sociais que fazem parte da gestão municipal da política nacional ao direcionar projetos habitacionais para assentamentos precários. Tais articulações representam um arranjo institucional que contribui na acessibilidade à infraestrutura e no acesso a cursos de capacitação profissional que fomentam a renda das famílias remanejadas, na formação de comissões representativas da comunidade para acompanhamento das obras de infraestrutura e na entrega da unidade habitacional como ápice de todo o trabalho desenvolvido.

A contribuição do TTS na gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários é fundamental e configura-se como um dos instrumentos potencializadores no cenário da gestão social. Ao ser direcionado para o Assentamento Jaderlândia, o processo de participação e dialogicidade estão relacionados com as informações repassadas à população sobre o projeto. Neste sentido, as etapas de informações do TTS apresentam em seu arcabouço metodológico o que Tenório (2010) toma como base da gestão social, isto é, a racionalidade comunicativa aplicada no processo dialógico com a comunidade, e busca, por meio da própria linguagem, a integração social, com vista à apropriação de direitos, seja no acesso a serviços públicos, seja na moradia saudável, no fortalecimento da participação e na organização comunitária e, por fim, em uma cidade sustentável, entendendo o que Vasconcellos et al. (2009) apresentam como fundamental para se chegar à sustentabilidade urbana, isto é, que a capacidade do planeta em compor o crescimento das cidades não é somente determinado pelas instituições naturais, mas, também, e sobretudo, pelas escolhas humanas.

Ao se identificar que o município pesquisado possui áreas de ocupações com grande adensamento populacional em locais precários, é importante ter consciência de que o poder público precisa reconhecer o direito à moradia, por se tratar do direito fundamental a uma vida digna. Além disso, a gestão pública deve destinar investimentos na regularização fundiária para assegurar o direito à moradia e, apenas desta forma, se pode pensar na instituição de moradia justa em cidades mais democráticas, com participação e sustentabilidade.

Referências

ANANINDEUA. Prefeitura Municipal. *Programa de Participação Comunitária*. Programa de Desenvolvimento Social e Saneamento Ambiental de Ananindeua, Ananindeua, 2006.

ANCONA, A. L. *Ações integradas de urbanização de assentamentos precários*. 1. ed. bilíngue. Brasília; São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança de Cidades, 2010.

BAENINGER, R. (Org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo; Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010.

BLANCO JUNIOR, C. *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, USP, 2006.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N.; ROSSETTO R. Política e sistema nacional de habitação de interesse social. In: MINISTÉRIO DAS CIDADES; ALIANÇA DE CIDADES; DENALDI, R. (Org.). *Ações integradas de urbanização de assentamentos precários*. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

CANÇADO, A. C. *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

CARDOSO, P. de M. *Democratização do acesso à propriedade pública no Brasil: função social e regularização fundiária*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA. *Relatório do Trabalho Técnico Social/ Jaderlândia e Maguariçú*, 2008 a 2011.

FERNANDES, J. C. M. L. *Assentamentos precários e dispersão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belém*. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, 2012.

FERNANDES, M. *Urbanização de assentamentos informais e regularização fundiária na América Latina*. Rio de Janeiro: Ibam, 2004. GOMES, M. de F. G. M. Política urbana e serviço social. *Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 13, 2005.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*. Cambridge: Polity Press, 1981. Vol. 1.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IparDES. *Assentamentos precários urbanos: espaços de região metropolitana de Curitiba: Relatório II*. Curitiba: IparDES, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo demográfico 2010*. _____. IBGE. *Censo demográfico 1991*.

_____. IBGE. *Censo demográfico 2000*.

MARQUES, E. et al. *Assentamentos precários no Brasil urbano. Centro de Estudos da Metrópole*. Brasília: Cebrap; Secretaria Nacional de Habitação; Ministério das Cidades, 2007.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, dec. 2010.

PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. *Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social*. Brasília: Ministério das Cidades. Primeira impressão: setembro de 2010.

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA. PPC. *Consultoria técnica*, 2006.

PIMENTEL, J. R. O trabalho social no contexto da atual política nacional de habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. *Revista Convergência Crítica: Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade*, v. 1, n. 1, 2012.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luis, v. 1, n. 11, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. SNH. *Instruções específicas para o desenvolvimento de trabalho social em intervenções de urbanização de assentamentos precários*. Brasília: SNH/MCidades, 2007.

_____. SNH. *Manual para apresentação de propostas para o Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários*. Brasília: SNH/MCidades, 2008.

_____. SNH. *Guia para mapeamento e caracterização de assentamentos precários*. Brasília: SNH/MCidades, 2010.

SILVA, M. de D. T. *Estudos amazônicos*. O Pará em questão. Belém: Design Gráfico e Editora, 2003.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, RAP, Rio de Janeiro, set./out.1998.

_____. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, Ariádne Scalfoni et al. *Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda*. Recife: Univasf, 2010.

VALLADARES, L. do P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELLOS, M. et al. (Org.). *O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio ambiental de Belém*. Belém: Numa; Ufpa; Edufpa, 2009.

VAZ, L. F. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

Recebido em: 22/7/2014

Aceito em: 8/7/2015